

Índice Geral

1ª PARTE

TEORIA

Capítulo I

Conceitos Fundamentais e um Pouco de História

1. Direito Processual do Trabalho. Processo. Conceitos	37
1.1. Reforma do CPC e seus reflexos na CLT	40
2. Denominação da disciplina	42
3. Da autodefesa	42
4. Autocomposição e heterocomposição	45
5. Posição enciclopédica do Direito Processual do Trabalho	46
6. Da codificação	48
7. Competência da União para legislar sobre Direito Processual do Trabalho	50
8. Notícia histórica do Direito Processual do Trabalho. Breve resenha de direito comparado	50
a) Experiência Francesa	51
b) Experiência Alemã	51
c) Experiência Italiana	52
d) Experiência Espanhola	52
e) Experiência Portuguesa	52
f) Experiência Brasileira	53
9. Conceito de ação	55
10. Individualização das ações	58
11. Condições de ação	63
12. Processo. Procedimento	64
12.1. Do Procedimento	66
13. Pressupostos processuais	66
14. Fontes do Direito Processual do Trabalho	67
15. Incidente de uniformização da jurisprudência	71
15.1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência: Aspectos Históricos	73
15.2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência: Sua Natureza Jurídica	74
15.3. Pressupostos do Incidente de Uniformização	74
15.4. Órgão Competente para Julgar Incidente de Uniformização	75

16. O processo e a Constituição da República	77
16.1. Alteração da competência por lei ordinária	87
17. O Ministério Público do Trabalho e a Constituição Federal	87
18. A CLT e o processo	88
19. Abuso de direito no exercício da demanda	89
19.1. Abuso de Direito no Exercício da Capacidade Recursal	90
19.2. Litigância de má-fé	95
19.3. Litigância de má-fé no processo de dissídio coletivo	98
20. Regimento interno dos Tribunais	98

Capítulo II

Princípios do Direito Processual do Trabalho

21. Princípios informativos do Direito Processual do Trabalho	100
22. Do dispositivo	100
23. Do inquisitivo	102
24. Da concentração, da oralidade, da imediatidade e da celeridade processuais	104
25. Concentração	104
26. Da oralidade	104
27. Da imediatidade	105
28. Da eventualidade	105
29. Do contraditório	107
30. Da conciliação e da transação	108
30.1. Transação sem versar questão posta em juízo	110
31. Imparcialidade do Juiz	112
32. Duplo grau de jurisdição	112
33. <i>Non reformatio in pejus</i>	114
33.1. Duplo grau de jurisdição e a Fazenda Pública	115
34. Preclusão e perempção	116
35. Interpretação e aplicação da lei processual	117
36. Analogia	122
37. Princípios gerais do Direito	122
38. Usos e costumes	124
39. Equidade	125
40. Direito comparado	125

Capítulo III

Direito Processual do Trabalho no Tempo e no Espaço

41. Princípio da irretroatividade e processo	127
42. Prescrição da ação	129

42.1. Súmulas e Orientações do STF, do STJ e do TST sobre a prescrição	139
42.1.1. Súmulas do STF	139
42.1.2. Súmulas do STJ	139
42.1.3. Súmulas do TST	139
42.1.4. Orientações Jurisprudenciais do SDI-I, do TST	141
42.2. Da Prescrição no Novo Código Civil	143
42.2.1. Prazo Unificado para o trabalho urbano e rural	143
42.2.2. Prescrição do direito de ação	143
42.2.3. Prescrição da exceção	144
42.2.4. Da renúncia da prescrição	144
42.2.5. Prescrição e vontade das partes	144
42.2.6. Invocação da prescrição em juízo	145
42.2.7. Decretação da prescrição	145
42.2.8. Responsabilidade dos representantes dos relativamente incapazes	145
42.2.9. Da prescrição intercorrente	146
42.2.10. Causas impeditivas da prescrição	146
42.2.11. Causas interruptivas da prescrição	146
42.2.12. Dos prazos da prescrição	147
42.3. Prescrição e o Fundo de Garantia: introdução	147
42.3.1. Mais doutrina sobre a prescrição	148
42.3.2. O que é coisa principal	149
42.3.3. Outras Súmula do TST acerca do FGTS	151
42.3.4. O Supremo Tribunal Federal e o FGTS	151
43. Da decadência	153
43.1. Da Decadência no novo Código Civil	154
44. Lei processual no espaço	154
45. Instância	156

Capítulo IV

Ações. Classificação e Elementos

46. Classificação das ações trabalhistas	157
47. Da ação condenatória	157
48. Das ações constitutivas	158
49. Das ações declaratórias	158
50. Da ação executiva	158
51. Das ações cautelares	159
52. Das ações coletivas	159
53. Elementos da ação	160

54. Das partes. Substituição processual. Representação	160
54.1. Das partes	160
54.2. Da substituição das partes ou sucessão processual	163
54.3. Da representação processual	164
54.4. Da substituição processual	167
54.4.1. Da substituição processual: antecedentes históricos	169
54.4.2. Da substituição processual: doutrina estrangeira	171
54.4.3. Da substituição processual e o Código de Processo Civil	171
54.4.4. Da Constituição e da substituição processual	172
54.4.5. Da Substituição processual na CLT	173
54.4.6. Da Substituição processual no STF e no TST: Súmula n. 310	174
54.5. Insalubridade e substituição processual	180
54.6. Pactos coletivos e substituição processual	181
55. Do litisconsórcio	184
56. Litisconsórcio necessário	187
57. Litisconsórcio facultativo	188
58. Cumulação de ações	191
59. Exame dos autos fora do cartório	192
60. Desentranhamento de documentos	192
61. Exame dos autos pelas partes	193
62. O advogado e o processo	193
62.1. Uso de documento falso por advogado	204
63. Assistência judiciária	204
64. O processo e o estagiário	210
65. O terceiro e o processo	210

Capítulo V Formas de Intervenção Coata

66. Da intervenção de terceiros	212
66.1. Da nomeação à autoria	212
67. Denúnciação da lide	213
67.1. <i>Factum principis</i>	214
68. Do chamamento ao processo	215

Capítulo VI Formas de Intervenção Voluntária

69. Da assistência	218
70. Oposição	220
71. Da transmissibilidade da ação	221

Capítulo VII Processo e Procedimento

72. Processo. Procedimento. Conceito	222
73. Atos processuais	223
74. Atos processuais objetivos e subjetivos	224
75. Publicidade dos atos processuais	224
75.1. Transmissão de dados para a prática de atos processuais	225
76. Forma dos atos processuais. Processo eletrônico. Informatização Processual	225
77. Atos processuais de responsabilidade do Juiz	231
78. Atos processuais das partes	232
79. Atos postulatórios	232
80. Atos dispositivos	232
81. Atos probatórios	233
82. Atos processuais no procedimento	233
83. Assinatura das partes nos atos e termos processuais	233
84. Os termos processuais e os chefes de secretarias	234

Capítulo VIII Prazos

85. Dos prazos	235
86. Classificação dos prazos	235
87. Termos inicial e final dos prazos	236
88. Prazos peremptório e dilatatório	238
89. Casos especiais de prazos	239
90. Impulso processual	243

Capítulo IX Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho

91. Atos dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	245
92. Dos distribuidores	245
93. Dos cartórios dos Juízos de Direito	246
94. Das secretarias dos TRTs	246
95. Dos oficiais de justiça e oficiais avaliadores	247
96. Do perito	247
96.1. A perícia e o Juiz	255
97. Honorários Periciais e a Justiça Gratuita	255
98. Do depositário e do administrador	258
99. Do intérprete	258
100. Divisão dos auxiliares eventuais do Juiz	259

Capítulo X
Sucumbência e Assistência Judiciária

101. Da sucumbência	260
102. Da assistência judiciária e a Constituição	260

Capítulo XI
Comunicação dos Atos Processuais

103. Da comunicação dos atos processuais	264
104. Das Espécies de Cartas: Rogatória, de Ordem e Precatória	264
105. Da notificação (citação)	270
105.1. Da citação por edital e nomeação de curador especial: ausência de revelia	272
106. Das intimações	273

Capítulo XII
Das Nulidades

107. Das nulidades processuais	274
107.1. Princípios das Nulidades Processuais	277
107.1.1. Princípio da especificidade	277
107.1.2. Princípio da transcendência	277
107.1.3. Princípio da convalidação	278
107.1.4. Princípio da proteção	278
107.1.5. Princípio da conservação	278
107.2. Nulidades processuais. Casuística	278
108. Nulidade e silêncio da parte	280
109. Julgamento antecipado da lide	281
110. Cerceamento da defesa	281
111. Nulidade que não se pronuncia	281
112. Nulidade e o Ministério Público	282
113. Nulidade da notificação e da intimação	282
114. Nulidade processual na CLT	283
114.1. Nulidades no novo Código Civil e seus reflexos nos aspectos processuais da CLT: Introdução	283
114.1.1. Nulidades — conceito	285
114.1.2. Da invalidade do negócio jurídico	285
114.1.3. Da simulação	286
114.1.4. Declaração da nulidade	287
114.1.5. Anulabilidade do negócio jurídico	287
114.1.6. Causas de anulabilidade	289
114.1.7. Do erro ou ignorância	289

114.1.8. Do dolo	290
114.1.9. Da coação	291
114.1.10. Do estado de perigo	291
114.1.11. Da lesão	292
114.1.12. Da fraude contra credores	292
114.1.13. Defeitos do negócio jurídico e a CLT	293

Capítulo XIII Das Exceções

115. Das exceções	294
116. Exceção de suspeição	295
117. Exceção de incompetência	296

Capítulo XIV Jurisdição e Competência

118. Da jurisdição	298
119. Jurisdição voluntária	300
120. Da competência	302
121. Conflitos de competência	303
122. A competência e a Constituição após a Emenda Constitucional n. 45/2004	304
122.1. Hermenêutica da Norma Constitucional em Geral e da Norma Constitucional Processual do Trabalho	307
122.2. Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar	312
122.3. Inciso I, art. 114, CF. Espécies da relação de trabalho. relação de emprego. Estatutário e "Celetista". Pessoa jurídica de Direito Público Externo	313
122.4. Inciso II, art. 114, CF. Greve em atividade essencial e não essencial. Ocupação da empresa e as ações possessórias	318
122.5. Inciso III, art. 114, CF — Ações sobre representação sindical. Eleição sindical. Cobrança de contribuições de natureza sindical	324
122.6. Inciso IV, art. 114, CF — Mandado de Segurança, <i>Habeas Corpus</i> e <i>Habeas Data</i>	325
122.7. Inciso V, art. 114, CF — Conflitos de Competência na Justiça do Trabalho	328
122.8. Inciso VI, do art. 114, CF — Dano moral e patrimonial	328
122.9. Inciso VII, do art. 114, CF — Auto de Infração lavrado pela fiscalização trabalhista ..	329
122.10. Inciso VIII, do art. 114, CF — Execução de ofício das contribuições sociais	330
122.11. Inciso IX, do art. 114, CF — Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho mediante lei	331
122.12. Ajuizamento de Comum Acordo do Dissídio Coletivo de Natureza Econômica	331
122.13. Exame de alguns casos práticos decorrentes da nova redação do art. 114, da Constituição	336
123. Competência <i>ex ratione personae</i>	345



124. Justiça do Trabalho e o avulso	348
125. Justiça do Trabalho e os Territórios	348
126. Justiça do Trabalho e empregados de concessionárias de serviços públicos	349
127. Justiça do Trabalho e o doméstico	349
128. Justiça do Trabalho e o trabalhador rural	349
129. Justiça do Trabalho e a parceria rural	350
130. Justiça do Trabalho e o trabalhador eventual	350
131. Privilégios da União	351
132. Justiça do Trabalho, empresas públicas e sociedades de economia mista	351
133. Justiça do Trabalho, autarquias e fundações públicas	352
134. Justiça do Trabalho e o funcionário público	353
135. Justiça do Trabalho e entes de direito público externo	353
136. Justiça do Trabalho e o pequeno empreiteiro. Relação de Consumo	354
136.1. Responsabilidade civil do Estado por atos da Justiça do Trabalho	355
137. Competência <i>ex ratione materiae</i> . Casos especiais	359
137.1. Da contribuição assistencial	360
137.2. Da contribuição confederativa	361
137.3. Da contribuição sindical do empregado e do empregador	361
137.4. Programa de Integração Social — PIS	362
137.5. Trabalho avulso e perdas e danos	362
137.6. A União como assistente	362
137.7. Imunidade de jurisdição	362
137.8. Órgãos de controle profissional	363
137.9. Ação reintegratória contra empregado	363
137.10. Dano moral e a Justiça do Trabalho	363
137.10.1. Casos especiais de dano moral no direito do trabalho: competência da Justiça do Trabalho	367
137.11. Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho	369
137.12. Crime de falsificação ou uso de documento falso perante a Justiça do Trabalho ..	369
137.13. Súmulas do STF, STJ e TST sobre casos especiais de competência	370
137.13.1. Súmulas do STF	370
137.13.2. Súmulas do STJ	371
137.13.3. Súmulas do TST	372
137.14. Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos do TST acerca de casos especiais de competência	374
137.14.1. Orientações Jurisprudenciais — Tribunal Pleno	374
137.14.2. Orientações jurisprudenciais — SDI-1	374
137.14.3. Orientações Jurisprudenciais — SDC	375
137.14.4. Precedentes Normativos — SDC	375
137.15. Imunidade de jurisdição e o Estado estrangeiro	375

137.16. Atleta profissional	377
137.17. Servidores de cartórios extrajudiciais	378
137.18. Execução das contribuições previdenciárias	379
138. Prevenção e solução extrajudicial de conflitos do trabalho	380
139. Competência <i>ex ratione loci</i>	381
140. Empregado brasileiro no estrangeiro	383
141. Empresas com agências ou filiais em outros Estados ou cidades	383

Capítulo XV

Das Modificações da Competência

142. Prorrogação da competência	384
143. A competência e a conexão de causas	385
144. Continência e competência	386
145. Prorrogação legal da competência	386
146. Da competência funcional	387
147. Competência das Varas do Trabalho	388
148. Dissídios entre avulsos e usuários de seus serviços	389
149. Outros casos de competência da Vara do Trabalho	390
149.1. Indenizações, horas extras, adicionais etc.	390
149.2. Estabilidade provisória e inquérito para apuração de falta grave	390
149.3. Vara do Trabalho e os embargos	390
149.4. Empregador que exerce atividades fora do local da celebração do contrato de trabalho	391
149.5. Empresa nacional com filiais no estrangeiro	391
150. Da competência dos Tribunais Regionais do Trabalho	391
151. Da competência do Tribunal Superior do Trabalho	393
151.1. Da competência do Tribunal Pleno do TST	393
152. Da competência do Órgão Especial do TST	394
153. Da competência da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST	395
154. Da competência da Seção Especializada em Dissídios Individuais — SDI do TST ...	396
155. Da competência das Turmas do TST	397

Capítulo XVI

Da Estrutura e Dinâmica da Justiça do Trabalho

156. História e organização da Justiça do Trabalho	399
157. Representação paritária	400
158. Espaço territorial e Justiça do Trabalho	401
159. Composição e funcionamento das Varas do Trabalho. Garantias do juiz	402
160. A magistratura e o sindicalismo	408
161. Critério legal para criação de Varas do Trabalho	409

162. Do juiz substituto	410
163. Dos Juízos de Direito. Organização e funcionamento	410
164. O Juiz do Trabalho e a equidade	411
165. Organização e funcionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho	412
166. Da correição	415
167. TRTs divididos em turmas	416
168. Localização dos TRTs	416
169. Jurisprudência predominante dos TRTs	417
170. Da organização e funcionamento do Tribunal Superior do Trabalho	417

Capítulo XVII

Do Ministério Público do Trabalho, da Arbitragem e das Comissões de Conciliação Prévia

171. Do Ministério Público e sua obrigação de defender direitos pessoais à defesa de direitos impessoais	421
171.1. Evolução histórica do Ministério Público: Da justiça nas sociedades primitivas à sociedade moderna e o Ministério Público	422
171.2. Evolução histórica do Ministério Público no Brasil	423
171.3. Do Ministério Público do Trabalho: Evolução histórica no Brasil	425
171.4. Aspectos gerais do Ministério Público atual e seus reflexos na estruturação institucional do Ministério Público do Trabalho	426
171.4.1. Lei Complementar n. 75/93	430
171.5. O Ministério Público do Trabalho e a titularidade exclusiva da ação anulatória de cláusula em pacto coletivo de trabalho	448
171.6. Do Ministério Público do Trabalho e os interesses e direitos individuais homogêneos: a) A Constituição Federal e o MPT; b) O MPT e a CLT; c) O MPT e o Processo do Trabalho; d) MPT, Ação Civil Pública e Direito Coletivo; e) O TST. MPT e direito individual homogêneo	449
171.7. Da arbitragem	454
171.8. Sentença arbitral estrangeira	464
a) Nova Convenção Internacional	464
b) Notícia histórica	465
c) A convenção internacional e a Constituição	467
d) A convenção internacional e a lei de arbitragem	467
171.9. Das Comissões de Conciliação Prévia	469
171.10. O Ministério do Trabalho e Emprego e as Comissões de Conciliação Prévia — CCP: a) Portaria do MTE; b) Conceito de decreto, portaria e instruções; c) Finalidade da CCP; d) CCP e a empresa; e) CCP e a Rescisão Contratual; f) CCP e o Processo do Trabalho; g) CCP e a DRT; h) Guarda dos documentos da CCP; i) Custeio da CCP; j) CCP sindical; k) CCP e a transação; l) Comparecimento à sessão da CCP; m) Núcleo intersindical	472
171.11. Ação Civil Pública. A terceirização e o Ministério Público do Trabalho. Estudo de um caso	477

171.11.1. A globalização e a empresa nacional	478
171.11.2. O Ministério Público e a Constituição	479
171.11.3. Fundamentos da Ação Civil Pública	481
171.11.4. Interesses e Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos ...	482
171.11.5. Terceirização de atividades da empresa	483
171.11.6. <i>Legitimatio ad causam</i> e interesse de agir	485
171.11.7. Do direito lesado	486
171.11.8. Indenização por violação da ordem jurídica	487
171.11.9. Da Antecipação da Tutela	487
171.11.10. Conclusões	488
171.12. Ação Civil Pública. Aplicação da lei de licitações pelo Ministério Público do Trabalho e a terceirização de serviços pela administração pública	489
171.13. Ação Civil Pública e necessidade de publicação de edital	490
171.14. Carência de ação do Ministério Público do Trabalho relativamente à Ação Civil Pública. Estudo de caso	491

Capítulo XVIII

Princípio e fim do Processo de Conhecimento

172. Da formação, da suspensão e da extinção do processo	497
173. Formação do processo	497
174. Da suspensão do processo	499
175. Casos de suspensão que dependem de autorização do Juiz	499
176. Da extinção do processo	500

Capítulo XIX

Procedimento do Dissídio Individual do Trabalho

177. Procedimento do dissídio individual	503
178. Do termo de reclamação	503
179. Da petição inicial	504
179.1. Antecipação da tutela de mérito no processo do trabalho	509
179.2. Da ação rescisória e a tutela antecipada	510
179.3. Tutela antecipada e a CLT	511
179.4. Tutela antecipada e o art. 273 do CPC	512
179.5. Do pedido da tutela antecipada	514
179.6. Execução provisória da decisão concessiva da tutela antecipada	515
179.7. Tutela antecipada e obrigações de fazer e não fazer	518
179.8. Obrigações de fazer e de não fazer	519
179.9. Do pedido da tutela antecipada no art. 461 e no art. 461-A, do CPC	521
179.10. Da multa diária	522
179.11. Das perdas e danos	523

179.12. Medidas para efetivação da tutela específica	523
179.13. A tutela antecipada e o Poder Público	524
180. Quem pode ser reclamante	525
180.1. Da representação do espólio no processo do trabalho	525
180.2. Quem pode ser reclamado	526
181. A petição inicial e as provas	527
182. Do valor da causa	528
183. Da notificação (citação)	529
184. Efeitos da notificação	532
185. Formas de notificação	533
186. Da audiência	533
186.1. Identidade física do Juiz	535
187. Comparecimento das partes à audiência	536
188. Preposto do empregador	536
189. Ausência do reclamante e do reclamado à audiência	537
190. Da pena de confissão	538
191. Pena de confissão e perícia	539
192. Da confissão	540
193. Exibição de documento ou coisa	541
194. Representação do reclamante por outro empregado	543
195. Revelia e reclamação plúrima	543
196. Da revelia	543
197. Resposta ou defesa do reclamado. Exceções	547
198. Da reconvenção	551
199. Da compensação e da retenção	552
200. Do procedimento da reconvenção	553
201. Da conciliação	555

Capítulo XX

Da Prova e seus Princípios

202. Da prova	560
203. Natureza do instituto da prova	562
204. O Juiz e a prova	564
205. Das presunções	566
206. Ônus da prova	567
207. Licitude dos meios de prova	569
208. Da isonomia na produção da prova	570
209. Da oportunidade da prova	570
210. Espécies de provas	570
211. Fatos notórios	571

212. Prova de normas jurídicas	572
213. Classificação das provas	573
214. A prova e a CLT	574
214.1. Da prova ilícita	575
215. Do depoimento pessoal	578
216. Espécies de confissão	581
217. Do testemunho	582
218. Admissibilidade e valor da prova testemunhal	584
219. Quem pode ser testemunha	585
220. Prova documental	588
221. Do preposto	590
221.1. Testemunho do preposto	595
221.2. Preposto não empregado de empregador rural	595
221.3. Preposto não empregado de micro e pequena empresa	597
222. Inquirição de testemunhas	597
222.1. Testemunha que se recusa a depor: prisão ou multa?	598
223. Produção antecipada da prova	599
224. Do incidente de falsidade	600
225. O prazo e a produção da prova documental	601
226. Da prova pericial	603
227. Exame de livros mercantis	607
228. Da inspeção judicial	609
229. Da prova emprestada	611
229.1. A prova no Código Civil de 1916 e no de 2002	611
229.1.1. Da confissão ineficaz	612
229.1.2. Da confissão anulável	613
229.1.3. Telegrama como prova	615
229.1.4. Cópia fotográfica de documento	615
229.1.5. Registros fotográficos e outros	616
229.1.6. Dos livros e fichas mercantis	616
229.1.7. Da prova testemunhal	617
229.1.8. Quem não pode depor	617
229.1.9. Presunções e a prova testemunhal	618
229.2. A prova e os Tribunais	619
229.2.1. Súmulas do Supremo Tribunal e a prova	619
229.2.2. Súmula do extinto Tribunal Federal de Recursos e a prova	619
229.2.3. Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho e a prova	619
229.2.4. Orientação Jurisprudencial SDI-1, do Tribunal Superior do Trabalho e a prova	622
229.2.5. Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídio Individual (SDI-1), do Tribunal Superior do Trabalho (Transitória) e a prova	622

Capítulo XXI**Fase decisória do Dissídio Individual**

230. Fase final ou decisória dos dissídios individuais	623
230.1. Ação repetitiva ou julgamento de plano na Justiça do Trabalho	625
231. Audiência de instrução e julgamento	628
232. Da sentença	628
232.1. Sentença <i>ultra petita</i> e nulidade de demissão	631
233. Requisitos da sentença	633
234. Sentença nula	635
235. Sentença terminativa sem julgamento de mérito	636
236. Clareza da sentença	636
237. Sentença — Ato público	636
238. Obscuridade ou contradição da sentença	636
239. Publicação da sentença	637
240. Efeitos da sentença	637
241. Da sentença condenatória	637
242. Da sentença constitutiva	640
243. Da sentença declaratória	640
244. Embargos de declaração	641
245. Coisa julgada	644
245.1. Relação jurídica continuativa e a insalubridade	647
245.2. Ação rescisória e o Ministério Público	648
245.3. Erros ou enganos da sentença e a coisa julgada	649

Capítulo XXII**Do Procedimento Sumaríssimo e Ação de Alçada**

246. Procedimento sumaríssimo	656
247. Reconvenção e ações de procedimento sumaríssimo	660
248. Litisconsórcio e ação de rito sumaríssimo	662
248.1. Medidas Processuais não admitidas no procedimento sumaríssimo: ação declaratória incidental e a intervenção de terceiro	662

Capítulo XXIII**Inquérito para Apuração de Falta Grave**

249. Inquérito para apuração de falta grave	663
---	-----

Capítulo XXIV**Greve e Dissídio Coletivo do Trabalho**

250. Dissídios coletivos	666
251. A greve e o Ministério Público	670

252. Negociação coletiva	674
253. Instauração da instância do dissídio coletivo	675
254. Dissídio coletivo de natureza econômica	682
255. Dissídio coletivo de natureza jurídica	683
256. Sentença normativa	685
257. Ação de cumprimento de sentença normativa	688
257.1. Extensão das decisões normativas	692
258. Revisão de sentença normativa	694
259. Recursos no processo de dissídio coletivo	695
259.1. Do recurso ordinário no dissídio coletivo	695
259.2. Da assistência no processo de dissídio coletivo	698
259.3. Dos embargos infringentes no processo de dissídio coletivo	699
259.4. Depósito recursal e dissídio coletivo	699
260. Política salarial e dissídio coletivo	699
261. Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos da SDC, do TST	702
261.1 Orientações Jurisprudenciais da SDC, do TST e a ação rescisória	702
261.2 Precedentes Normativos da SDC, do TST	705
262. Poder normativo da Justiça do Trabalho	715
262.1. A ação coletiva e o exercício irregular do direito de greve	718

Capítulo XXV

Recursos no Processo Individual do Trabalho

263. Recursos no processo individual do trabalho	727
263.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	729
263.2. Princípios do sistema legal de recursos	731
263.3. Questões recursais e o litisconsórcio	732
263.4. Efeitos do recurso	733
263.5. Recurso ordinário no processo do trabalho	734
263.6. Procedimento. Prazo recursal	735
263.7. Juntada de documentos na fase recursal	739
264. Juízo de admissibilidade	740
265. Pressupostos dos recursos	741
265.1. Pressuposto Objetivo do Recurso - Das Custas	745
265.1.1. Natureza jurídica das custas	747
265.1.2. Custas, Processo e Procedimento	748
265.1.3. Custas e Instruções do TST	749
265.1.4. Do benefício da Justiça gratuita	749
265.1.4.1. Justiça gratuita e sindicato	751
a) Exame de uma questão	751
b) O que é justiça gratuita	751

c) Justiça gratuita e o processo civil	752
d) Constituição e a Justiça Gratuita	753
e) Os Tribunais e a Justiça Gratuita	754
f) Livre acesso à justiça	754
g) Justiça Gratuita e o Processo do Trabalho	755
265.1.4.2. Honorários periciais e Justiça gratuita	756
265.1.5. Custas no processo de execução	759
265.1.6. Do recurso de revista. Custas	759
265.1.7. Isenção do pagamento de custas	760
265.2. Pressuposto Objetivo do Recurso: Custas e sua Jurisprudência	763
266. Terceiro e o recurso	765
267. Recurso adesivo	766
268. Espécies de recursos	768
269. Recurso ordinário	769
269.1. Questões anteriores à sentença	773
270. Procedimento do recurso ordinário e depósito recursal	774
270.1. Depósito Recursal e condenação solidária. Litisconsórcio	781
271. Recurso ordinário no Tribunal Regional do Trabalho	784
272. Recurso de revista	785
272.1. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST sobre o Recurso de Revista ..	790
273. Procedimento do recurso de revista	795
273.1. Transcendência em recurso de revista	798
274. Embargos	799
275. Embargos infringentes	809
276. Agravo de instrumento	810
276.1. Agravo de Instrumento e o poder do juiz em requisitar informações ao juízo <i>a quo</i>	816
277. Agravo regimental	820
278. Agravo de petição	824
279. Recurso especial	825
280. Recurso extraordinário	826
280.1. Matérias do direito do trabalho com repercussão geral	834
280.2. Matérias do direito do trabalho sem repercussão geral	835
280.3. Interposição prematura do Recurso Extraordinário	835
280.4. Da súmula vinculante	837
281. Correção parcial	840
281.1. Reclamação para preservar a competência do Tribunal	846

Capítulo XXVI

Liquidação da Sentença

282. Conceito e natureza jurídica da liquidação da sentença	848
282.1. Liquidação para individualizar objeto da condenação	850

282.2. Liquidação mista	851
282.3. Liquidações distintas	851
282.4. Liquidação e terceiro	851
282.5. Obrigações alternativas. Sua liquidação	852
282.6. Liquidação de sentença e a CLT	852
282.7. Natureza jurídica da sentença de liquidação	859
283. Liquidação da sentença por cálculo	860
283.1. Liquidação por cálculo no estrangeiro	865
284. Liquidação da sentença por arbitramento	867
285. Liquidação da sentença por artigos	867
286. Impugnação da sentença de liquidação	869
287. Casos especiais de liquidação da sentença	871
A) Dos juros	871
A.1) Dos juros e o novo Código Civil	871
B) Débitos do empregado e a correção monetária	875
C) Momento da contagem dos juros moratórios	876
D) Horas <i>in itinere</i> e liquidação por artigos	876
E) Débitos da empresa e a sucessão <i>causa mortis</i> do empregado	876
F) Impugnação da conta de liquidação e os embargos	877
G) Forma de impugnar a sentença de liquidação	877
H) Compensação e liquidação da sentença	877
I) Sentença de liquidação e ação rescisória	877

Capítulo XXVII Da Execução

288. Processo de execução	878
288.1. Execução, prescrição e a CLT	886
289. Ações de rito sumaríssimo e processo de execução	888
290. Juízo da execução	888
290.1. Contribuições previdenciárias e a execução	888
290.2. Contribuições previdenciárias e a Justiça do Trabalho	889
290.3. A conciliação e o INSS	891
290.4. As contribuições previdenciárias e as decisões cognitivas ou homologatórias	892
290.5. As contribuições previdenciárias e execução <i>ex officio</i> de crédito previden- ciário	895
290.6. Pagamento da dívida com o INSS	895
290.7. Liquidação da sentença e a contribuição previdenciária	895
290.8. Impugnação à conta de liquidação da sentença e a contribuição previdenciária	897
290.9. Julgamento da impugnação à conta de liquidação	897

290.10. Procedimento do recolhimento das contribuições previdenciárias	897
290.11. Das contribuições previdenciárias e do Agravo de Petição	898
290.12. Jurisprudência sobre a execução das contribuições previdenciárias e fiscais na Justiça do Trabalho	899
291. Extinção da execução	908
291.1. Extinção e desistência da execução	911
291.2. Suspensão da execução	914
291.3. Outros aspectos da suspensão da execução	915
292. Sujeito ativo da execução	918
293. Sujeito passivo da execução	919
293.1. Dos precatórios e dos seqüestros	922
293.2. Seqüestro de rendas do município	927
293.3. Precatórios e juros moratórios	928
293.4. Não pagamento dos precatórios: responsabilidade civil do Estado	929
293.5. Os precatórios e Emenda Constitucional n. 37/2002	933
294. Espécies de execução: provisória e definitiva	937
294.1. Tutela antecipada e execução provisória	943
294.2. Execução em processo extinto: sentença normativa	944
295. Obrigações de dar e de fazer	945
296. Execuções singulares e plúrimas	949
296.1. Cumulação de execuções	950
297. Execução e falência. Recuperação judicial. Considerações gerais	952
297.1. Massa Falida e as penalidades do art. 467 e do art. 477, § 8º, da CLT. Verbas incontroversas	955
297.2. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras	957
297.3. Recuperação judicial da empresa e os créditos trabalhistas	958
297.3.1. Análise das principais repercussões da recuperação judicial sobre os créditos trabalhistas	965
1) Juízo competente	966
2) Suspensão da prescrição, das ações e das execuções	966
3) Impugnação do crédito trabalhista no quadro-geral dos credores	968
4) Reserva de valor estimado no quadro-geral dos credores	968
5) Prazo para pagamento dos créditos trabalhistas na recuperação judicial	968
6) Vencimento das dívidas	969
7) Requisitos de natureza trabalhista dentro da petição inicial da ação de recuperação judicial	969
8) Sindicato como representante dos trabalhadores, associados ou não, na assembléia geral de credores	970
9) Redução salarial, compensação de horários e redução da jornada de trabalho dentro da recuperação judicial	971
10) Sucessão de empregador e a recuperação judicial	971

11) Recuperação judicial e a manutenção da personalidade jurídica do devedor	973
12) Exigibilidade do depósito recursal e do pagamento das custas processuais da empresa em recuperação	973
13) Efeito do plano de recuperação judicial homologado sobre a penhora judicial trabalhista	974
14) Juros e correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas na recuperação judicial	974
15) Débito trabalhista executado na vigência do plano de recuperação judicial	974
16) Comitê de credores e a recuperação judicial	975
17) Possibilidade do crédito trabalhista ser negociado individualmente na recuperação judicial	975
18) Possibilidade de revisão da sentença que homologa o plano de recuperação judicial	978
298. Da insolvência civil	981
299. Fraude à execução	982
299.1. Exceção de pré-executividade: sua denominação	985
299.2. Natureza jurídica da exceção de pré-executividade	986
299.3. Apresentação da exceção e seu prazo	987
299.4. Da exceção de pré-executividade no processo do trabalho	988
299.5. Algumas hipóteses de cabimento da exceção de pré-executividade	989
a) Ausência de pressupostos processuais	989
b) Falta de notificação no processo de conhecimento	989
c) Da coisa julgada	990
d) Execução <i>ex-officio</i>	990
Capítulo XXVIII	
Da Penhora e Forma de Sociedades Mercantis	
300. Penhora: sua natureza jurídica	991
A) Da sociedade simples	995
A.1) Da Microempresa	996
B) Sociedades em comandita simples	996
C) Sociedade em nome coletivo	997
D) Sociedade de capital e indústria	997
E) Sociedade em conta de participação	998
F) Sociedade por quotas de responsabilidade limitada	998
G) Sociedade irregular ou de fato	1000
H) Sociedade de marido e mulher	1000
I) Sociedade de economia mista	1001
J) Empresa pública federal	1001
K) Sociedades por ações	1002



L) Transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução, liquidação e partilha de sociedades mercantis	1003
M) Transformação	1003
N) Incorporação	1003
O) Fusão	1004
P) Cisão	1004
Q) Dissolução, liquidação e partilha	1005
R) Sociedade cooperativa	1005
S) Sociedades coligadas	1006
301. Concurso de credores	1007
302. Fiança bancária	1007
303. Garantia da execução por terceiros	1008
304. Penhora dos bens	1008
304.1. O terceiro e a penhora de bem por ele adquirido	1009
305. Natureza jurídica da penhora	1010
306. Nomeação de bens à penhora	1010
306.1. Penhora de créditos futuros	1012
307. Bens impenhoráveis	1014
308. Dupla penhora	1015
309. Penhora de créditos	1016
310. Penhora de empresa	1017
311. Caução de títulos ou ações	1018
312. Remição e valor da condenação	1019
313. A penhora e a falência da empresa	1019
314. Penhora e alienação fiduciária	1021
315. Créditos de natureza alimentícia e a Fazenda	1021
316. Penhora múltipla dos mesmos bens	1022
317. Localização de bens do executado e a Receita Federal	1022
317.1. Localização de bens do executado e a penhora <i>on line</i> . Banco Central	1022
318. Desconsideração da personalidade jurídica (<i>Disregard Doctrine</i>)	1023
319. Penhora de bens vendidos a terceiro	1027
320. Meação da mulher e a penhora	1027
321. Penhora de concessão de serviço público	1027
321.1. Outros casos especiais de penhora	1028
321.1.1. Penhora sobre penhora	1028
321.1.2. Dívidas do espólio	1029
321.1.3. Penhora de imóvel hipotecado	1029
321.1.4. Penhora e o <i>leasing</i>	1033
321.1.5. Penhora e usufruto	1034
321.1.6. Ordem preferencial da penhora	1034
321.1.7. Penhora e condomínio	1035
321.1.8. Penhora de créditos	1035
321.1.9. Penhora de direito pleiteado em juízo	1038



322. Procedimento da penhora e do depósito	1039
323. Execução por carta	1042
324. Casos especiais de impenhorabilidade	1043
A) Bem de família	1043
B) Fundos líquidos de sociedade mercantil	1046
C) Bem hipotecado	1046
D) Elevador de edifício em condomínio	1046
E) Direitos autorais e salários de artistas	1046
F) Condomínio e obrigação <i>propter rem</i>	1047
G) Bem alienado fiduciariamente	1047
H) Bem financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação	1047
I) Direitos derivados de reclamação trabalhista	1047
J) Telefone de profissional liberal	1047
K) Frutos e rendimentos de bens gravados com cláusula de impenhorabilidade	1047
325. Embargos à execução	1047
326. Embargos de terceiro	1055
326.1. Embargos de terceiro: antecedentes históricos e legislativos, natureza jurídica, casos especiais de embargos, procedimento e recursos	1059
326.2. Embargos de terceiro e o Supremo Tribunal Federal	1066

Capítulo XXIX

Trâmites Finais da Execução

327. Subsistência ou insubsistência da penhora	1067
328. Avaliação	1067
329. Impedimentos do Oficial de Justiça Avaliador	1070
330. Arrematação	1070
331. Adjudicação e usufruto	1077
332. Leilão	1080
333. Remição	1081
334. Execução por prestações sucessivas	1081
334.1. Processo do trabalho e ação monitória	1082

Capítulo XXX

Poder Cautelar Geral

335. Processo cautelar	1087
336. Da ação cautelar. Disposições gerais	1087
336.1. Medida Cautelar em via recursal	1092
337. Poder cautelar geral ou medida cautelar inominada	1094
338. Poder geral de cautela e o direito estrangeiro	1099

Capítulo XXXI
Procedimentos Cautelares Específicos

339. Arresto	1102
340. Seqüestro	1103
341. Caução	1104
342. Busca e apreensão	1105
343. Exibição	1106
344. Produção antecipada da prova	1107
345. Arrolamento de bens	1108
346. Justificação	1108
347. Protestos, notificações e interpelações	1109
348. Atentado	1110

Capítulo XXXII

Procedimentos Especiais

349. Ação declaratória	1111
350. Ação de consignação em pagamento	1114
350.1. Consignação extrajudicial em pagamento	1116
351. Ação de prestação de contas	1118
352. Ações possessórias	1119
353. Mandado de segurança	1121
354. Mandado de segurança coletivo	1130
354.1. Jurisprudência do STF, STJ e do TST acerca do mandado de segurança	1131
A) Supremo Tribunal Federal	1131
B) Superior Tribunal de Justiça	1132
C) Tribunal Superior do Trabalho	1132
C.1. Súmulas	1132
C.2. Orientações Jurisprudenciais do Pleno, doTST	1133
C.3. Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais 2 (SDI-2) do TST	1134
355. <i>Habeas data</i>	1136
356. Mandado de injunção	1137
357. <i>Habeas corpus</i>	1139
358. Ação rescisória	1141
358.1. Procedimento	1148
359. Súmulas do TST e a ação rescisória	1151
359.1. Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais (SDI-1) do TST e a ação rescisória	1159
359.2. Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais 2 (SDI-2) do TST e a ação rescisória	1159

360. Súmulas do STF e do STJ e a ação rescisória	1165
360.1. Ação anulatória de ato judicial	1166
361. Controle jurisdicional de constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	1167
362. Juízo arbitral	1174
363. Ação cominatória	1174
363.1. A ação civil pública na Justiça do Trabalho	1176
363.2. Ação Revisional e a relação jurídica continuativa	1180
363.3. Ação de Restauração de Autos	1181

2ª PARTE JURISPRUDÊNCIA

364. Índice unificado das Súmulas do STF, STJ, ex-TRF e TST, OJ e PN, do TST	1187
365. Súmulas selecionadas da Jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal aplicáveis ao direito processual do trabalho	1249
366. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça de natureza processual trabalhista	1259
367. Súmulas do ex-Tribunal Federal de Recursos de natureza processual trabalhista ...	1264
368. Súmulas do TST de natureza processual	1266
369. Orientações Jurisprudenciais do TST — Tribunal Pleno	1285
370. Orientações Jurisprudenciais da SDI-1 do TST de natureza processual	1286
371. Orientações Jurisprudenciais transitórias da SDI-1 do TST de natureza processual ..	1297
372. Orientações Jurisprudenciais da SDI-2 do TST de natureza processual	1300
373. Orientações Jurisprudenciais do SDC do TST	1300

Bibliografia	1301
---------------------------	------

Índice Analítico e Remissivo — Parte Teórica	1311
---	------

3ª PARTE (ENCARTE APARTADO) PRÁTICA PROCESSUAL — MODELOS

374. Alerta ao leitor	1371
-----------------------------	------

Capítulo XXXIII Representação das Partes

375. Advogados e procurações	1373
376. Contrato de honorários	1374
377. Renúncia do advogado	1376

Capítulo XXXIV Das Comissões de Conciliação Prévia

378. Formulação da reclamação	1378
379. Ata da reunião da Comissão de Conciliação Prévia	1379

380. Termo de conciliação	1379
381. Declaração de frustrada conciliação	1379
Capítulo XXXV	
Petição Inicial	
382. Do caso de despedida sem motivo justo	1380
383. Do caso de despedida de empregado-dirigente sindical	1381
383.1. Dispensa justificada de dirigente sindical	1383
384. Da reclamação de empregada gestante dispensada sem motivo justo	1383
385. Da reclamação de empregado dispensado na volta ao serviço depois de um acidente do trabalho	1384
386. Da reclamação do diretor-empregado	1386
387. Da reclamação do representante comercial	1388
388. Reclamação por equiparação salarial	1389
389. Requerimento de inquérito para apuração de falta grave	1390
390. Correção de erro grave da petição inicial	1391
390.1. Antecipação da tutela	1392
390.2. Liminar de reintegração de dirigente sindical	1393
390.3. Desistência da ação	1393
391. Julgamento antecipado da lide	1394
392. Reclamação trabalhista e falência do empregador	1395
393. Concessão de liminar em transferência de empregado	1395
394. Notificação por mandado	1396
395. Notificação por edital	1396
396. Conflito de competência	1397
Capítulo XXXVI	
Da Defesa do Reclamado	
397. Reclamação de horas extras	1398
398. Carta de preposto	1398
399. Defesa e arguição de exceção	1399
400. Defesa e reconvenção	1400
401. Carência de ação	1400
402. Impugnação do valor da causa	1401
403. Ilegitimidade da substituição processual	1042
404. Defesa e prescrição	1402
405. Defesa e decadência	1403
406. Reclamação sobre anotação de Carteira de Trabalho na DRT	1404
407. Defesa em reclamação de anotação na Carteira de Trabalho na DRT	1404



408. Defesa em reclamação na Justiça do Trabalho sobre falta de anotação na Carteira de Trabalho	1405
409. Adicional de insalubridade e revisão da sentença	1406
410. Defesa e compensação	1406
411. Conciliação	1407

Capítulo XXXVII Da Prova

412. Retratação da confissão	1408
413. Carta precatória de testemunhas	1408
414. Contradita da testemunha	1409
415. Substituição de testemunhas	1409
416. Produção antecipada da prova testemunhal	1409
417. Perícia antecipada	1410
418. Incidente de falsidade	1411
419. Perícia	1411
420. Honorários periciais	1412
421. Pagamento de honorários de perito	1412
421.1. Litigante de má-fé	1412

Capítulo XXXVIII Trâmites Finais do Processo de Conhecimento

422. Razões finais	1414
423. Embargos de declaração	1414

Capítulo XXXIX Dissídio Coletivo

424. Representação para instauração de instância do dissídio coletivo	1416
425. Defesa do sindicato patronal no dissídio coletivo	1418
426. Recurso no processo de dissídio coletivo	1419
427. Pedido de efeito suspensivo no recurso de dissídio coletivo	1419
428. Ação de cumprimento	1420
429. Da oposição no dissídio coletivo	1421
430. Embargos infringentes	1421
430.1. Embargos de declaração em processo de dissídio coletivo	1422

Capítulo XL Dos Recursos no Processo Individual

431. Recurso ordinário	1424
431.1. Recurso ordinário adesivo	1425